



AIG Resseguros Brasil S.A.
CNPJ 13.525.547/0001-52
aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2023

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras referentes às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com uma longa história de parcerias com parceiros de negócios, a AIG Resseguros segue atenta ao que ocorre no mercado para ajudá-los a se antecipar a riscos e coloca-se como uma aliada, pronta para apoiá-los em todos os momentos. Nosso propósito é contribuir para que nossos aliados possam descobrir novos potenciais, contando com a AIG para desenhar suas estratégias e ao planejar seu futuro. Nosso dia a dia é baseado em diferenciação através da oferta de excelência profissional em subscrição de riscos, regulação de sinistros e solidez financeira, além de estarmos continuamente em busca de melhorar a experiência de nossos parceiros de negócios para tornar mais simples trabalhar com a AIG. A AIG Resseguros Brasil S.A., subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil, com capital social de R\$ 105 milhões, com o objetivo de operar no mercado de resseguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG. Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, oferecendo segurança, volume e valor a nossos clientes.

Performance econômico-financeira
Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Resseguradora atingiram um volume de R\$ 188 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 4% maior que o exercício de 2022, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 207,5 milhões, 21% maior que em 2022. Com relação às despesas, no exercício de 2023 as administrativas foram de R\$ 14,4 milhões, as de tributos de R\$ 6,5 milhões e as despesas operacionais de R\$ 0,15 milhão, que totalizam 1,43% maior que as despesas do exercício de 2022. Os sinistros ocorridos apresentaram um saldo de R\$ 87,6 milhões, 21% menor em relação ao exercício anterior, e as operações de retrocessão resultaram em R\$ 68,0 milhões, com aumento de 61% em comparação ao exercício anterior. Ademais, a receita financeira contribuiu com R\$ 28,2 milhões, 22% maior que o exercício de 2022, e soma de outras linhas representaram R\$ 16,0 milhões, 51% maior que 2022. Esses impactos somados resultaram em um lucro de R\$ 43,0 milhões no exercício de 2023 e um lucro de R\$ 33,2 milhões em 2022. Os honorários pagos à auditoria referentes aos trabalhos de auditoria do ano de 2023 foi no montante de R\$ 672 mil.
Distribuição de lucros
Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas
Tendo os Propósitos, Valores e Diferenciais da AIG global como guia, a AIG Resseguros Brasil quer ir além, clientes de que por trás de cada apólice ou sinistro existem planos de continuidade de negócios e pessoas que apostam na tranquilidade do seguro. Por isso, trabalhamos em equipe a fim de assumir compromissos compartilhados de metas e resultados com todos os nossos parceiros internos e externos. Atendemos às necessidades de milhões de clientes em cerca de 70 países e jurisdições com atuação global e respeito às características das culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado com soluções para seguros e resseguros, além de apoiamos iniciativas voltadas também à diversidade e inclusão, voluntariado e oferecemos novas oportunidades de carreira a dezenas de profissionais. Mantemos e estamos expandindo nosso foco no fortalecimento das alianças com parceiros de negócios, pois entendemos que o país demonstra ter bases sólidas que contribuirão para a retomada do crescimento nos próximos anos.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa Administração, bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

		Balanco Patrimonial	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2023	2022	
Circulante	532.888	554.676	Circulante
Disponível	5.960	8.045	Contas a pagar
Caixa e bancos (Nota 5)	5.960	8.045	Obrigações a pagar (Nota 11.1)
Aplicações financeiras (Nota 6)	102.124	101.084	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	116.970	128.031	Encargos trabalhistas
Operações com seguradora (Nota 7.3)	111.889	124.297	Impostos e contribuições (Nota 11.3)
Operações com resseguradora (Nota 7.5)	4.350	3.348	Outras contas a pagar (Nota 11.4)
Outros créditos operacionais	731	386	Débitos de operações com seguros e resseguros
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	298.853	310.046	Prêmios a restituir
Títulos e créditos a receber	8.943	7.467	Operações com resseguradoras (Nota 13)
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	8.943	7.467	Depósitos de terceiros
Despesas antecipadas	8	3	Depósitos de terceiros
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	8	3	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)
Não circulante	198.682	168.436	Não circulante
Realizável a longo prazo	198.642	168.356	Contas a pagar
Aplicações financeiras (Nota 6)	186.083	153.877	Tributos diferidos (Nota 12)
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	3.495	3.479	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	3.495	3.479	Patrimônio líquido
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	2.896	3.344	Capital social (Nota 15(a))
Títulos e créditos a receber	6.168	7.656	Reservas de lucros
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	5.274	6.851	Ajustes de avaliação patrimonial
Depósitos judiciais e fiscais	894	805	
Intangíveis	40	80	
Outros intangíveis	40	80	
Total do ativo	731.570	723.112	Total do passivo e patrimônio líquido
			731.570
			723.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstração dos Resultados	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2023	2022	
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	188.002	180.227	
Variáveis das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	19.514	(8.485)	
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	207.516	171.742	
Sinistros ocorridos (Nota 18)	(97.688)	(96.022)	
Outras despesas e receitas operacionais	146	25	
Resultado com retrocessão (Nota 19)	(68.083)	(42.350)	
Despesas administrativas (Nota 20)	(14.455)	(15.092)	
Despesas com tributos (Nota 21)	(6.558)	(5.506)	
Resultado financeiro (Nota 22)	28.203	23.060	
Resultado operacional	59.881	35.857	
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	1.002	18	
Resultado antes dos impostos e participações	60.083	35.875	
Imposto de renda (Nota 23)	(10.592)	(1.617)	
Contribuição social (Nota 23)	(6.353)	(895)	
Participação sobre o lucro	(111)	(117)	
Lucro líquido do exercício	43.027	33.246	
Quantidade de ações (Nota 15(a))	110.860.796	110.860.796	
Lucro líquido por lote de mil ações	0,39	0,30	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2023	2022	
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	89.076	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	121	
Lucro líquido do exercício	-	33.246	
Constituição de reservas	-	(11.282)	
Juros sobre o capital próprio	-	(6.039)	
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	116.404	
Em 1º de janeiro de 2023	105.001	116.404	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.538	
Lucro líquido do exercício	-	43.027	
Constituição de reservas	-	(35.627)	
Juros sobre o capital próprio	-	(7.400)	
Em 31 de dezembro de 2023	105.001	153.569	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 - 17º - Parte, Vila Cordeiro, São Paulo - SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A., com 110.860.796 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 110.860.796 ações. A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos. Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011. Conforme Despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia.), subsidiária do Grupo Porto Seguro. O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia. e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Protegida (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de Pequenas e Médias Empresas no Brasil. Em 10 de fevereiro de 2022, o sr. Thomas Kelly Bat assumiu o cargo de Diretor-Presidente da AIG Resseguros Brasil S.A., incluindo a função de Diretor de Relações com a SUSEP, atendendo às exigências legais autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em 16 de junho de 2023, a AIG Resseguros Brasil comunicou à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a renúncia do sr. Edson Lima de Souza ao cargo de Diretor. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e Lei das S.A.s., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente contempla os ajustes realizados no Patrimônio Líquido referente a ganhos e perdas economicamente incorridos, mas de possível reversão futura. A partir de 1º de janeiro de 2022, houve a reclassificação de títulos em carteira de mantidos para negociação para disponíveis para venda registrados pelo valor justo na rubrica de ajustes com títulos e valores mobiliários, sendo assim o resultado abrangente tende a demonstrar os ajustes realizados no Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 8 de setembro de 2020, foi emitida a Resolução CNSP nº 388, que estabelece a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Circular SUSEP nº 648/21 a alterações posteriores, que dispõe sobre as provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição crédito operacional e mercado; constituição de bancos de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA, sendo os principais impactos vigentes a partir da sua publicação: (a) adequação no formato de publicação em jornais impressos conforme Lei nº 6.404; e (b) exclusão da necessidade de comprovação de prejuízo em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais para o reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e decorrentes de diferenças temporárias. Demais atualizações constantes nesta circular possuem vigência a partir de 3 de janeiro de 2022. Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, tendo consolidado os principais impactos (i) a atualização nos critérios dos ajustes contábeis e aqueles associados à variação dos valores econômicos ao cálculo do patrimônio líquido ajustado, (ii) a instituição de ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e três níveis de PLA; (iii) dos requerimentos de CMR e dos Planos de Regularização de Solvência e de Suficiência de Cobertura.

(a) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes
CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
A partir de 2 de janeiro de 2024 entrou em vigência o pronunciamento "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros" (IFRS 9) que, entre outras mudanças, altera a forma de apuração da estimativa de perda de operações sujeitas ao risco de crédito de um modelo de perdas incorridas para um modelo de perdas esperadas. Em função da alteração, a AIG revisou e alterou suas políticas internas e metodologias de apuração de perdas de operações sujeitas ao risco de crédito e não espera impactos relevantes na classificação e mensuração.

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	816
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.273
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.909
Total do ativo	11.998
Redução valor recuperável	294
Patrimônio líquido	153.569
Percentual sobre o patrimônio líquido	0,19%

A norma é efetiva para o exercício a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável a partir de 2 de janeiro de 2024.
CPC 50 (IFRS 17) - "Contratos de Seguros", essa norma representa uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS baseia-se no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrada em vigor no mercado brasileiro de seguros é aguardado a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos serão avaliados após a homologação da SUSEP.
Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Resseguradora.
Em 10 de outubro de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 678/22 que altera a Circular SUSEP nº 648/2021 e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439/12.

2.2. Conversão em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.
(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se

as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem contas correntes bancárias, consideradas no Balanço Patrimonial na rubrica "Disponíveis".

2.4. Ativos financeiros
(a) Classificação e mensuração
A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profit/losses*) são reconhecidas no resultado do exercício somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora torna-se parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda
A partir de 1º de janeiro de 2022, a AIG Resseguros Brasil S.A. decidiu por reclassificar os títulos em carteira de Mantidos para Negociação para Disponível para Venda com o propósito de serem ativos e possivelmente vendidos, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido, além de refletir de maneira mais assertiva a característica adotada na gestão dos ativos investidos pela Resseguradora. Ativos financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

(d) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de seguradoras
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou variáveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem as demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.5(a)).

(e) Determinação do valor justo dos ativos
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços ativos de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment)
(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)
A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*. Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorrerem após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:
• Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
• Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata.
Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.
A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros
Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6. Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros
A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessão do mesmo.

2.7. Ativo intangível
Os ativos intangíveis representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear.

2.8. Passivos financeiros
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9. Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação
Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11. Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10. Avaliação de ativos e passivos originados de contrato de seguro
2.10.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro
A política de risco de crédito da Resseguradora prevê que somente resseguradoras classificadas com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP), sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradoras a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradoras são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz

		Demonstração do Resultado Abrangente	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	43.027	33.246	
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.538	121	
Ajustes positivos com títulos e valores mobiliários	2.562	2.002	
Efeito tributário sobre os ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.024)	(81)	
Resultado abrangente do exercício	44.565	33.367	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2023	2022	
Atividades operacionais	43.027	33.246	

(...continuação)

2.11.2. Receitas de instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

A contribuição social, quando aplicável, é constituída pela alíquota de 15%, que passará para 16% no período de agosto de 2022 a dezembro de 2022, conforme disposto na MP 1.115 de abril de 2022. Para o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos foram consideradas as seguintes alíquotas: 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social.

As contribuições para o PIS são apuradas e pagas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, conforme legislação vigente.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Resseguradora passou a reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias, tendo em vista a projeção de resultados futuros positivos.

3. ADMINISTRATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde aplicam-se estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Estimativas diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Resseguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis (vide Nota 8).

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de resseguro

(a) Risco de resseguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra ou não e, em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deve ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluem-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco, trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio. A Resseguradora efetua a gestão de risco de resseguro, conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos, bem como seu diferimento médio, está distribuída da seguinte forma:

Seguros corporativos	Tempo de diferimento
Aeronáutico	1 ano
Responsabilidade civil geral	1 ano
Grandes propriedades	1 ano
Ambiental	2 anos
Riscos financeiros	1 ano
Riscos financeiros cibernéticos	1 ano
Transportes	1 ano
Contas internacionais curto prazo	1 ano
Contas internacionais longo prazo	1 ano
Garantia	5 anos
Risco de crédito	1 ano

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois – Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2023	2022
Patrimonial	2	24.969	29.890
Responsabilidades	2	43.338	39.745
Transportes	2	4.900	3.368
Riscos financeiros	2	2.426	350
Rural	2	(6)	21
Marítimos	2	2.620	1.378
Aeronáuticos	2	1.393	1.219
		79.640	75.971

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe. A Resseguradora também não expõe mais do que 5% do seu patrimônio líquido, ajustado em nenhum risco isolado.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

Seguros corporativos

	31 de dezembro de 2023					
	Bruto de resseguro			Líquido de resseguro		
	Varição	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
Premissas atuariais						
Sinistralidade	-20%	14.089	23.482	4.347	7.245	
Sinistralidade	20%	(14.089)	(23.482)	(4.347)	(7.245)	
Câmbio projetado	-20%	11.972	19.953	3.019	5.031	
Câmbio projetado	20%	(11.972)	(19.953)	(3.019)	(5.031)	

Seguros corporativos

	31 de dezembro de 2022					
	Bruto de resseguro			Líquido de resseguro		
	Varição	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
Premissas atuariais						
Sinistralidade	-20%	13.294	22.157	4.418	7.364	
Sinistralidade	20%	(13.294)	(22.157)	(4.418)	(7.364)	
Câmbio projetado	-20%	15.496	25.827	4.446	7.410	
Câmbio projetado	20%	(15.496)	(25.827)	(4.446)	(7.410)	

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez

A Resseguradora determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos, e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM). A abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora estão apresentados nas Notas 6 e 7.

4.3. Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A Resseguradora está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a Resseguradora utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados, conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais), determinados por nossa Matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio, periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	31 de dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
	Disponível para venda	162.862	83.739
Títulos públicos federais	162.862	-	162.862
Títulos privados	-	83.739	83.739
Mantidos para negociação	41.606	-	41.606
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-
Exclusivo (*)	18.893	-	18.893
Mútuo	22.713	-	22.713
Total ativos financeiros	204.468	83.739	288.207

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 09/2024 e 09/2027.

	31 de dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
	Disponível para venda	139.092	68.308
Títulos públicos federais	139.092	-	139.092
Títulos privados	-	68.308	68.308
Mantidos para negociação	47.561	-	47.561
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-
Exclusivo (*)	24.201	-	24.201
Mútuo	23.360	-	23.360
Total ativos financeiros	186.653	68.308	254.961

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 01/2023 e 09/2027.

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potencializados sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora, considerando os percentuais de variação abaixo indicados:

Variável financeira	Variação	Impacto	
		Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
		Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros	(1,5)	1.073	1.473
Taxa de juros	1,5	(1.073)	(1.473)
Câmbio projetado	(20)	(3.780)	(4.574)
Câmbio projetado	20	3.780	4.574

Em função da Resseguradora classificar os ativos para venda, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos da carteira de investimentos na data-base, o impacto direto do aumento ou diminuição da taxa de juros é refletido integralmente no patrimônio líquido da Resseguradora. O impacto da variação do câmbio é refletida diretamente no resultado em função da Resseguradora classificar o ativo cambial para negociação, porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4. Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro.

A Resseguradora distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 360/17 e alterações posteriores.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àquelas estabelecidas em nossa política. A política de aplicações financeiras adotada pela Administração da Resseguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquira títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

Os *ratings* considerados pela Resseguradora para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de *sites* de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Pools, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no site da SUSEP, com as mesmas fontes.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2023				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+
Disponível para venda (I)	227.540	5.204	10.447	3.013	397
Ativos prefixados	-	-	-	-	-
Públicos	2.410	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-
Públicos	160.452	-	-	-	397
Privados	64.678	5.204	10.447	3.013	-
Mantidos para negociação (II)	-	-	-	-	41.606
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	18.893
Mútuo	-	-	-	-	22.713
Total ativos financeiros	227.540	5.204	10.447	3.013	397

(I) Ativos financeiros classificados como "Disponível para venda" são registrados no ativo circulante e ativo não circulante dependendo de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

(II) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 09/2024 e 09/2027.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2022				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+
Disponível para venda	196.952	3.720	5.545	1.183	207.400
Ativos prefixados	-	-	-	-	-
Públicos	2.025	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-
Públicos	137.067	-	-	-	137.067
Privados	57.860	3.720	5.545	1.183	-
Mantidos para negociação (II)	-	-	-	-	47.561
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	24.201
Mútuo	-	-	-	-	23.360
Total ativos financeiros	196.952	3.720	5.545	1.183	47.561

(I) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 01/2023 e 09/2027.

4.5. Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centrado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor de capital da Resseguradora, através da otimização de ambos os níveis e diversificações das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a Resseguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 448/22 e alterações posteriores que dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R\$ 60 milhões, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes à sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, esta demonstrado a seguir:

	2023	2022
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	153.569	116.405
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR / bases negativas de contribuição social (-)	(569)	(2.292)
Ativos intangíveis (-)	(40)	(80)
Ajuste - PLA Nível 1	(2.528)	(3.460)
Despesas antecipadas (-)	(8)	(3)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	150.424	110.570
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	2.528	3.460
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	2.528	3.460
Excesso de nível 2	-	5.460
Excesso de nível 3	-	(5.540)
Excesso de PLA de nível 2 e 3 (Maior entre os excessos 2 e 3) (-)	-	5.540
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	152.952	119.570

	2023	2022
Superávit TAP	83.944	95.300
Capital-Base (CB)	60.000	60.000
Capital adicional de subscrição (Subs)	14.282	13.821
Capital adicional risco de crédito	18.936	18.854
Risco de mercado	5.163	5.288
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(7.634)	(7.607)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	1.834	1.886
Capital de risco (I)	32.581	32.242
Capital mínimo requerido (II)	60.000	60.000 </

(...continuação)

7.4. Impairment – Operações com seguradoras
As perdas para *impairment* foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do exercício. Valores provisionados como perda para *impairment* são baixados (*write-off*), quando não há mais expectativa da Administração para a recuperação do ativo financeiro.
Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment*, a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*. A Resseguradora designa os prêmios a receber como *impaired* a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.
A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(542)	(665)
Provisões constituídas no exercício	(389)	(542)
Reversões de provisões para <i>impairment</i>	542	665
Saldo no final do exercício	(389)	(542)

7.5. Operações com resseguradora

Grupo por segmento	31 de dezembro de 2023			
	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	2	158	(1)	159
Responsabilidades	-	257	-	257
Riscos financeiros	46	-	(9)	37
Transportes	-	3.583	-	3.583
Marítimos	-	12	-	12
Aeronáuticos	-	308	(6)	302
Total	48	4.318	(16)	4.350

Grupo por segmento	31 de dezembro de 2022			
	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	68	1.014	(34)	1.048
Responsabilidades	-	33	-	33
Riscos financeiros	-	3	-	3
Transportes	-	1	-	1
Marítimos	-	17	-	17
Aeronáuticos	-	2.290	(44)	2.246
Total	68	3.358	(78)	3.340

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2023	2022
Impostos a compensar	6.415	4.007
Crédito tributário – PIS e COFINS diferido sobre PSL	4.705	4.559
Crédito tributário – IRPJ sobre diferenças temporárias	1.580	2.162
Crédito tributário – CSLL sobre diferenças temporárias	948	1.297
Crédito tributário – IRPJ sobre prejuízo fiscal	346	1.433
Crédito tributário – CSLL sobre base negativa	224	860
Total créditos tributários e previdenciários	14.218	14.318
Circulante	8.943	7.467
Não circulante	5.274	6.851

	2023	IRPJ	CSLL	Valor a ativar
Prejuízo fiscal e base negativa	2.873	346	224	570
Diferenças temporárias	6.077	1.519	912	2.431
Total geral da base do ativo diferido	8.950	1.865	1.136	3.001
Compensação de IRPJ / CSLL		61	37	98
Total crédito tributário	1.926	1.173	3.099	

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2023	2022
Provisões técnicas - resseguradoras (A)	447.350	459.944
Direitos creditórios (i)	58.578	58.388
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PPNG	13.004	2.267
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PSL	86.937	90.009
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de IBNR	151.792	144.715
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PDR	3.079	3.274
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	313.390	298.653
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	133.960	161.291
Fundos de investimento	41.606	47.561
Títulos de renda fixa	170.898	154.112
Ativos financeiros garantidores (E)	212.504	201.673
Excedente (E-C-D)	78.544	40.382

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

10. ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	2023		Total
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	
Patrimonial	15.171	(4.304)	10.867
Responsabilidades	10.152	(4.407)	5.745
Transportes	-	-	-
Riscos financeiros	42.304	(14.754)	27.550
Rural	-	-	-
Marítimos	185	-	185
Aeronáuticos	5.907	(864)	5.043
Total	73.719	(24.329)	49.390

Segmento	2023		Total
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	
Patrimonial	16.833	(6.635)	10.198
Responsabilidades	8.715	(3.787)	4.928
Transportes	-	-	-
Riscos financeiros	18.159	(7.209)	10.950
Rural	-	-	-
Marítimos	177	-	177
Aeronáuticos	6.304	(873)	5.431
Total	50.188	(18.504)	31.684

Segmento	2022		Total
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	
Patrimonial	15.171	(4.304)	10.867
Responsabilidades	10.152	(4.407)	5.745
Transportes	-	-	-
Riscos financeiros	42.304	(14.754)	27.550
Rural	-	-	-
Marítimos	185	-	185
Aeronáuticos	5.907	(864)	5.043
Total	73.719	(24.329)	49.390

Ativo circulante
Ativo não circulante

Ativo circulante
Ativo não circulante

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2023	2022
11.1. Obrigações a pagar		
Juros sobre capital próprio	6.290	5.134
Participação nos lucros	111	113
Outras obrigações a pagar	274	271
Total	6.675	5.518

	2023	2022
11.2. Impostos e encargos sociais a recolher		
IRRF sobre folha de pagamento	19	17
CSLL / PIS / COFINS terceiros	37	10
IRRF sobre Juros sobre capital próprio	1.110	906
Imposto sobre serviço	59	306
INSS sobre folha de pagamento	10	10
Contribuição para FGTS	4	4
Total	1.239	1.253

	2023	2022
11.3. Impostos e contribuições		
Imposto de renda	297	958
CIDE	197	197
COFINS	720	2.419
PIS/PASEP	138	350
Total	1.352	3.924

	2023	2022
11.4. Outras contas a pagar		
Contas a pagar	1.871	1.378
Custos administrativos pagos por terceiros	1.592	5.194
Total	3.463	6.572

12. TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	2023	2022
Imposto de renda	2.441	2.205
IR diferido MTM – disponível para venda	691	51
CS diferido MTM – disponível para venda	414	30
Contribuição social	1.465	1.323
Total	5.011	3.609

	2023	2022
12.1. Ajustes tributos diferidos – Passivo		
Tributos diferidos – Passivo		
Ajustes contábeis decorrentes da MTM dos investimentos	1.105	81
Reculta com tributos não realizadas	1.882	1.824
Eliminação dos efeitos contábeis do resultado de oscilação cambial	2.024	1.704
Total	5.011	3.609

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Tributos diferidos passivos	2023		Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.024	58	1.082
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.105	1.882	2.987

A Resseguradora reconhece o passivo fiscal diferido no montante de R\$ 3.906 (R\$ 3.528 em 2022), decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, atendendo aos critérios descritos na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou, substancialmente, vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, sendo 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social para o período de janeiro a dezembro de 2022.

13. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS – PASSIVO

	2023	2022
Resseguradoras	111.835	115.879
Resseguro a liquidar resseguradora local	10.553	12.212
Sinistros	10.553	12.212
Retrocessões cedidas	101.282	103.667
Prêmios locais	301	33.710
Efetivos	301	1.393
Prêmios efetivos	47	1.140
Comissão sob seguro cedido em retrocessão	(8)	(8)
Outros débitos	262	261
RVNE	-	32.318
Prêmios RVNE	-	32.329
Comissões RVNE	-	(11)
(-) Ajuste ao valor de realização	-	(1)
Ressegurador admitido	100.981	69.957
Efetivos	90.174	58.408
Prêmios efetivos	132.436	93.820
Comissões efetivas	(45.776)	(35.448)
Outros débitos	3.514	86
RVNE	10.896	11.661
Prêmios RVNE	16.054	17.431
Comissões RVNE	(5.158)	(5.780)
(-) Ajuste ao valor de realização	(89)	(102)

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificadas com *rating* de crédito, de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Porcentagem do prêmio assumido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	100	A+	Standard & Poor's / FITCH
		100		

(*) Parte relacionada (Nota 24).

14. PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	2023		Total
	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas - DAC	
Patrimonial	18.264	(2.049)	16.215
Responsabilidades	25.804	(4.633)	21.171
Transportes	4.465	(709)	3.756
Riscos financeiros	42.113	(14.174)	27.939
Rural	-	-	-
Marítimos	1.987	(401)	1.586
Aeronáuticos	5.907	(45)	5.862
Total	98.540	(22.011)	76.529

Segmento	2022		Total
	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas - DAC	
Patrimonial	26.185	(2.670)	23.515
Responsabilidades	20.805	(3.635)	17.170
Transportes	3.433	(451)	2.982
Riscos financeiros	18.159	(7.163)	10.996
Rural	-	-	-
Marítimos	1.651	(290)	1.361
Aeronáuticos	6.304	(175)	6.129
Total	76.537	(14.384)	62.153

Passivo circulante
Passivo não circulante

Passivo circulante
Passivo não circulante

15. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

	2023	2022
Mutação da DAC - RVNE		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.199	16.464
Nova estimativa de contratos emitidos	4.974	5.597
Reversão da reserva anterior	(15.199)	(16.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.974	5.597
Nova estimativa de contratos emitidos	4.128	5.004
Reversão da reserva anterior	(4.974)	(5.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.128	5.005

	2023	2022
Mutação da PSL e PDS		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	104.859	72.335
Sinistros avisados	72.966	53.761
Alterações de estimativa	(776)	-
Pagamento de sinistros	(42.456)	(30.402)
Atualização monetária e juros	(3.237)	(2.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	131.356	93.283
Sinistros avisados	82.030	89.874
Alterações de estimativa	(1)	(41.725)
Pagamento de sinistros	(77.694)	(50.000)
Atualização monetária e juros	(2.261)	(1.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	133.430	90.012

	2023	2022
Mutação da IBNR		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	176.264	140.492
Reversão da reserva anterior	(176.264)	(140.492)
Constituição da nova reserva	193.924	144.715
Saldo em 31 de dezembro de 2022	193.924	144.715
Reversão da reserva anterior	(193.924)	(144.715)
Constituição da nova reserva	202.061	151.792
Saldo em 31 de dezembro de 2023	202.061	151.792

	2023	2022
Provisão para despesas não diretamente alocadas a sinistro		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.206	11.206
Reversão da reserva anterior	(11.206)	(11.206)
Constituição da nova reserva	17.333	17.333
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.333	17.333

(...continuação)

16.2. Prêmios ganhos principais ramos de atuação		
	2023	
Segmento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	54.979	(60)
Responsabilidades	53.473	(53)
Transportes	4.425	(74)
Riscos financeiros	81.511	(31)
Marítimos	2.564	116
Aeronáuticos	10.563	(13)
Total	207.516	(42)

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNP	Comissões diferidas - PPNP	Prêmio estimado - PPNP	Comissões estimadas - PPNP	Prêmios diferidos - retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Total
Patrimonial	5.098	(330)	(193)	48	(2)	(689)	49	3.981
Responsabilidades	(2.879)	694	2.546	(609)	-	45	(56)	(259)
Transportes	(351)	183	-	-	(209)	2	7	(368)
Riscos financeiros	(24.255)	7.099	-	-	-	33.096	(676)	15.264
Rural	-	-	-	-	-	10	-	10
Marítimos	(344)	111	-	-	-	69	(3)	(167)
Aeronáuticos	495	(130)	-	-	-	857	(169)	1.053
Total	(22.236)	7.627	2.353	(561)	(211)	33.390	(848)	19.514

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNP	Comissões diferidas - PPNP	Prêmio estimado - PPNP	Comissões estimadas - PPNP	Prêmios diferidos - retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Total
Patrimonial	(9.727)	575	(142)	(35)	787	15.007	(1.077)	5.612
Responsabilidades	3.187	(1.154)	(4.805)	1.299	109	55	(9)	(1.318)
Transportes	(3.430)	442	-	-	-	13	2	(2.973)
Riscos financeiros	20.548	(9.660)	-	-	-	(11.661)	(9.326)	(10.099)
Rural	-	-	-	-	-	-	-	(126)
Marítimos	1.401	(240)	-	-	-	35	21	1.217
Aeronáuticos	(257)	72	-	-	-	(837)	164	(858)
Total	11.722	(9.965)	(4.663)	1.264	896	2.486	(10.225)	(6.485)

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

	2023	2022
Indenizações avisadas	(85.681)	(72.280)
Despesas com sinistros	(878)	(8.925)
Salvados	-	801
Ressarcimentos	7.007	2.022
Varição da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(8.136)	(17.660)
	(87.688)	(96.022)

19. RESULTADO COM RETROCESSÃO

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2023	2022
Indenização de sinistros – Recuperação	53.860	53.873
Despesas com sinistros – Recuperação	1.370	2.566
Salvados e ressarcidos	(6.937)	(2.708)
Varição da provisão de IBNR	7.076	4.224
Receita com retrocessão	55.369	57.955
Prêmios cedidos em retrocessão brutos	(167.784)	(142.435)
Comissões	59.421	38.179
Varição das despesas de retrocessão – Provisões	(15.132)	3.835
Outros resultados	43	116
Despesa com retrocessão	(123.452)	(100.305)
Resultado com retrocessão	(68.083)	(42.350)

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	15.593	(25.169)	(9.576)
Responsabilidades	13.506	(9.343)	4.163
Transportes	62	-	62
Riscos financeiros	25.233	(79.535)	(54.302)
Rural	(97)	-	(97)
Marítimos	(353)	(167)	(520)
Aeronáuticos	1.425	(9.238)	(7.813)
Total	55.369	(123.452)	(68.083)

Segmento	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	27.674	(26.859)	815
Riscos especiais	(8)	-	(8)
Responsabilidades	(8.851)	(8.586)	(15.437)
Riscos financeiros	31.337	(55.232)	(23.895)
Rural	(245)	(34)	(279)
Marítimos	(1.073)	(203)	(1.276)
Aeronáuticos	7.121	(9.391)	(2.270)
Total	57.955	(100.305)	(42.350)

DIRETORIA

Diretor-Presidente Thomas Kelly Batt		
Fernando Borges Porelo	Hércules de Paiva Ferreira Pascarelli	Luís Ricardo Souza de Almeida

COMITÊ DE AUDITORIA

Benildo de Araujo Costa	David Soares dos Santos	Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva
-------------------------	-------------------------	---------------------------------------

ATUÁRIO

André Luís Correia - MIBA – 1141	Roseli Midori Kanazawa - CRC - 1SP187230/O-8
----------------------------------	--

Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.
São Paulo, SP
 O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral se reuniu ao longo de 2023.
 O Comitê entende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.
 O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.
 O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações, e responder aos questionamentos formulados pelos seus

membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários.
 Em 2023, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões semestrais com a Presidência.
 Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises.
 A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.
Parecer dos Atuários Independentes
 cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AIG RESSEGUROS BRASIL S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
 Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção de 2023 foram elaborados, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.
Outros assuntos
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
 São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.
Daniela Sedel - Atuário MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48 - CNPJ: 02.668.801/0001-55
 R. Verbo Divino, nº 1.400 - 04719-002 - São Paulo – SP – Brasil

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras, e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como as normas internacionais.
 É de responsabilidade da auditoria interna auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.
 O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
 O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.
 O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
 São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.
Benildo de Araujo Costa **David Soares dos Santos** **Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **AIG Resseguros Brasil S.A.** - São Paulo – SP
Escopo da auditoria atuarial
 Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.
Responsabilidade da administração
 A Administração da AIG RESSEGUROS BRASIL S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
 Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
 Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de

capacidade da Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
 • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem entendimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
 • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
 • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para

Anexo I
AIG Resseguros Brasil S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	447.350
Total de ativos de retrocessão	301.779
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	4.312
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	447.350
Valores redutores auditados (b)	313.390
Total a ser coberto (a-b)	133.960
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital-Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	32.581
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	60.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	152.953
Ajustes Econômicos do PLA	-
Exigência de Capital (CMR) (b)	60.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	92.953
Ativos Garantidores (d)	212.504
Total a ser Coberto (e)	133.960
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	78.544
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2023
01, 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17	7.500

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **AIG Resseguros Brasil S.A.**
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Resseguradora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	 Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6
---	---